



VOL. 5 | N. 10 | JUL/DEZ DE 2019 | ISSN 2359-4489

CATOLICISMO, PODER E SOCIEDADE



FACES DE CLIO

Representações da Terra Natal

associações germânicas em Juiz de Fora

Antônio Gasparetto Júnior

[Professor substituto no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora), Professor Formador I na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor efetivo de Educação Básica no Estado de Minas Gerais (SEE/MG). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento (*Chercheur Invité*) na Université Paris IV – Sorbonne (PDSE/CAPES). Autor de *Direitos Sociais em Perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930)* (Fino Traço, 2014) e *Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la Primera República brasileña* (Tirant lo Blanch, 2019). Contato: antonio.gasparetto@gmail.com]

Resumo: Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, a cidade de Juiz de Fora (MG) recebeu imigrantes vindos de várias localidades. Dentre eles, os alemães se destacaram em quantidade numérica e em suas manifestações culturais e profissionais no município. Distantes de casa e falantes de um idioma que os deixava mais restritos, as associações mutualistas de germânicos foram fundamentais para a promoção dos laços identitários dessa comunidade, bem como provedoras de seguridade social e amparo mútuo. Este artigo busca explorar essas manifestações culturais da comunidade germânica em Juiz de Fora por meio de fontes provenientes de suas antigas associações e avaliar a relevância que elas tinham para a proteção dos germanos em terras tão longínquas de casa.

Palavras-chave: Mutualismo, alemães, Juiz de Fora.

Homeland Representations

Germanic associations in Juiz de Fora

Abstract: In the second half of the nineteenth century and early twentieth century, the city of Juiz de Fora (MG) received immigrants from various locations. Among them, the Germans stood out in numerical quantity and in their cultural and professional manifestations in the municipality. Far from home and speaking a language that made them more restricted,

German mutualist associations were instrumental in promoting the identity ties of this community, as well as providers of social security and mutual protection. This article seeks to explore these cultural manifestations of the Germanic community in Juiz de Fora through sources from their former associations and to analyze their relevance to the protection of Germans in faraway lands.

Keywords: Mutualism, germans, Juiz de Fora.

Introdução

No decorrer do século XIX, muitas famílias integraram o movimento de emigração da região que viria a ser a Alemanha. A América era a grande esperança para milhares de trabalhadores empobrecidos que viviam em dificuldade nos estados germânicos. O Brasil recebeu grande parte desses migrantes, alocando-os especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Muito embora buscassem melhores condições de vida longe da terra natal, ela jamais era esquecida. Os imigrantes germanos traziam consigo suas tradições e suas manifestações culturais próprias, além, é claro, do idioma bastante diferenciado. Esses elementos faziam das comunidades alemãs no Brasil colônias bem características. Para sustentar suas tradições entre seus descendentes nascidos no país sul-americano, os germanos criaram escolas, associações culturais, recreativas e esportivas nas quais celebravam as marcas mais significativas de sua cultura.

Este texto explora brevemente essas associações fundadas por alemães na cidade mineira de Juiz de Fora, com destaque especial para a Sociedade Alemã de Beneficência, a primeira associação de socorros mútuos da cidade. No intuito, contudo, de contextualizar a presença do imigrante germano na cidade, traçamos, inicialmente, uma síntese sobre o processo de imigração dos alemães no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora. Em seguida, é feita a distinção entre os principais modelos associativos de trabalhadores urbanos na virada do século XIX para o XX para, por fim, abordar algumas associações de alemães na cidade mineira.

Neste cenário associativo de imigrantes, os alemães se destacaram em Juiz de Fora como fundadores da primeira associação mutualista da cidade, em 1872, a qual seria também a mais duradoura delas, encerrando suas atividades apenas em 1961. Durante todo esse tempo

de atividade, a Sociedade Alemã de Beneficência foi muito importante no amparo de trabalhadores germanos, na manutenção da cultura e das tradições do país de origem, para agregar os imigrantes dessa etnia e, principalmente, para reproduzir um pouco da terra natal em Juiz de Fora.

A imigração alemã em Juiz de Fora

A participação do imigrante na vida brasileira começou em 1808 com a Abertura dos Portos. É no período que se estende deste evento até a *Lei Eusébio de Queirós*, em 1850, que se verificam as primeiras experiências de entrada de imigrantes no Brasil, os quais se estabeleceram, sobretudo, em núcleos coloniais. A vinda da Corte Real portuguesa trouxe muitos indivíduos de Portugal que, até então, apenas se deslocavam dentro do Império. Os primeiros imigrantes efetivos chegaram apenas em 1819, eram suíços que se estabeleceram em Nova Friburgo¹. Os grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil ao longo das décadas de 1820 e 1830 estabeleceram-se, principalmente, na região Sul do país, ocupando as terras através de núcleos coloniais. O já Governo Imperial dirigia os imigrantes para a região com o intuito de povoá-la. Em 1848, o Império concedeu às províncias também o direito de colonizar suas terras devolutas, através da Lei nº 514². Já havia passado três anos da publicação da lei inglesa *Bill Aberdeen*, a qual já refletia nas discussões do governo brasileiro. Ao mesmo tempo, os movimentos de caráter liberal caracterizavam o ambiente europeu em 1848 e ajudavam aglutinar fatores que contribuía para a imigração no Brasil.

Dentre os imigrantes europeus, o Brasil recebeu principalmente alemães, italianos e portugueses. Os primeiros alemães chegaram ao Brasil em 1824 e participaram da referida colonização da região Sul. No decorrer da década de 1820, os alemães se estabeleceram, sobretudo, em Santa Catarina. Mas a virada da década já colocaria o primeiro empecilho no fluxo imigratório alemão, pois o próprio imperador Dom Pedro I proibiu que o Império tivesse qualquer despesa com importação de colonos. Medida essa que permaneceu até 1837³. Mesmo assim, o fluxo de alemães só tomou real incremento a partir de 1847, quando

¹ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 26)

² BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 196-197)

³ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 98)

quantidades maiores de indivíduos seguiram caminho para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo⁴. Em Minas Gerais, foi Teófilo Ottoni que trouxe os primeiros colonos alemães, abrigando-os na colônia Nova Filadélfia, às margens do Rio Mucuri⁵.

O Império se aproveitou do êxodo de alemães no decorrer do século XIX que esteve ligado, segundo Luiz José Stehling, a fatores como: o regime feudal existente na Alemanha, a fome de 1815 após a retirada dos franceses, a luta religiosa, o alto índice de natalidade entre os camponeses e as falsas promessas das agências colonizadoras⁶. A Prússia, em 1859, proibiu a propaganda franca de emigração em seu território e também a emigração para o Brasil através do Rescrito de Heydt. Baden e Wurttemberg também adotaram a mesma medida. A proibição que, inicialmente, restringia-se à província de São Paulo, passou a valer para todo o território brasileiro em 1871⁷. Mas, apesar das proibições de emigração em certas regiões da Alemanha, Mônica Ribeiro de Oliveira ressalta que as condições dos camponeses alemães não eram satisfatórias. Eles estavam submetidos à proletarização com baixos salários e péssimas condições de vida, moradia e alimentação por força da expansão do capitalismo. A partir da década de 1870, quando a Alemanha passou por lutas para sua efetiva unificação, o ambiente de rápida industrialização e de conflitos estimulou uma nova fuga expressiva de trabalhadores⁸.

Ângelo Trento destaca que o financiamento feito pelo Governo Imperial para introdução de trabalhadores e o estabelecimento de contratos com empresas particulares com os mesmos fins foram esforços que se ampliaram. Cabe acrescentar também que as províncias desenvolveram seus próprios serviços de imigração na Europa⁹. E, em 1884, o transporte das famílias imigrantes chegou a se tornar gratuito para os estrangeiros que se interessassem em trabalhar nas fazendas ou nos núcleos coloniais¹⁰. O Governo Imperial financiava grandes levadas de imigrantes à medida que se intensificava a carência de mão-de-obra. Com isso, a

⁴ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 27)

⁵ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 88)

⁶ Idem (P. 83)

⁷ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 46-47)

⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991. (P. 59-60)

⁹ TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990. (P. 17)

¹⁰ BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 62)

imigração subvencionada liberava os fazendeiros do ônus das passagens dos trabalhadores estrangeiros, oferecendo grande contingente de mão-de-obra aos primeiros.

Logo após o fim do trabalho escravo, em 1888, chegou ao fim também a monarquia no Brasil, em 1889. O regime republicano adotado derrubou velhas leis de imigração, introduzindo outras mais liberais que ofereceram aos imigrantes, segundo Luiz José Stehling, tratamento mais humano e mais garantias, favorecendo a entrada de indivíduos de diversas nacionalidades¹¹. Todavia, a maior parte das leis imperiais foi mantida. O governo provisório que se estabeleceu com o fim do regime monárquico reconhecia que a imigração era um importante elemento para a República e houve um aumento do fluxo de imigrantes, especialmente para o estado de São Paulo. O novo momento político alterou gradativamente a lógica de estabilização dos estrangeiros nas colônias agrícolas, disponibilizando mão-de-obra para fazendas particulares e indústrias. Assim, os portos foram abertos às correntes imigratórias e organizou-se uma estrutura que regularizou a entrada e a localização dos imigrantes através do Decreto nº 528, de 1890, o qual impedia apenas a entrada de indivíduos de procedência asiática ou africana¹². No decorrer da mesma década, entraram no país 1.251.376 pessoas.

O Estado republicano se estruturou no decorrer do Governo Provisório. Em 1891, foi promulgada uma nova Constituição e o Governo Federal adotou como medida a transferência das responsabilidades de promoção e incremento da imigração para os estados. Mas ainda assim, ressalta Norma de Góes Monteiro, os encargos da introdução de trabalhadores estrangeiros permaneceram com o Governo Federal, em 1892, por conta dos contratos anteriores¹³. Assim, foi somente no governo de Floriano Peixoto que houve aumento efetivo dos encargos imigratórios nos estados¹⁴.

A tensão que pairava na Europa na década de 1910 contribuiu com a chegada de imigrantes ao Brasil. As pessoas fugiam de um clima hostil que se intensificava e culminaria na Primeira Guerra Mundial, gerando um êxodo em busca de paz e melhores condições de vida. Nos cinco anos anteriores ao início da guerra, desembarcaram 672.636 imigrantes no Brasil, o que, contudo, já é um número muito inferior em relação ao observado no final do

¹¹ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 90)

¹² MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 37)

¹³ Idem. (P. 43)

¹⁴ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 50-51)

século XIX. Durante os anos do conflito, a entrada de pessoas no país reduziu-se mais ainda, chegaram 190.880 indivíduos, e o Brasil declarou-se alinhado com os países que estavam em guerra contra a Alemanha, o que afetou o fluxo de estrangeiros provenientes de determinadas localidades.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil mudaria sua postura em relação ao trabalhador imigrante. No período anterior, os estrangeiros eram bem-vindos e subsidiados para ocupar postos de trabalho e formar um exército de mão-de-obra disponível em terras brasileiras, especialmente no momento em que foi preciso substituir o escravo nas lavouras de café. Porém, depois da guerra, o estrangeiro passou a ser visto como agitador, em função do conflito internacional gerado, e, sobretudo, corruptor do operário nacional, por causa da marcante presença de imigrantes na liderança dos movimentos grevistas ocorridos no decorrer da década de 1910¹⁵.

O contexto dos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial repetiu, em certa medida, o panorama existente no período anterior ao primeiro conflito internacional. O Brasil recebeu vários imigrantes que fugiam do ambiente hostil que se reerguia na Europa. No ano de 1940, por exemplo, o país recebeu 18.449 estrangeiros, sendo 1.155 alemães, 411 italianos e 11.737 portugueses¹⁶. Mas, como o Brasil se posicionou ao lado das potências aliadas, italianos e alemães foram barrados nos anos seguintes. Os portugueses mantiveram a entrada franqueada no país, pois eram considerados compatíveis com o brasileiro e integrantes de nossa composição étnica, o que se enquadrava nos preceitos nacionalistas da época¹⁷.

Quando se fala de política imigratória em Minas Gerais, não se pode deixar de lado o movimento em prol da imigração para colonização da província. A imigração em Minas Gerais contou com uma série de políticas públicas desenvolvida com o objetivo de ocupar o solo por meio de colônias agrícolas que eram, em grande medida, formadas por trabalhadores estrangeiros. Norma de Góes Monteiro ressalta que apenas italianos, alemães e portugueses que fossem agricultores de profissão tinham o direito de integrar os núcleos coloniais mineiros. Para impulsionar a ocupação do território de Minas Gerais, exigia-se ainda que

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁶ Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1938-1940 (P. 295-297). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

¹⁷ KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (P. 31)

esses trabalhadores fossem acompanhados por suas respectivas famílias¹⁸. Isso caracterizou os três grupos como os mais numerosos no fluxo imigratório em Minas Gerais.

Ao longo da primeira metade do século XIX, Minas Gerais desfrutou da expansão de sua lavoura cafeeira. O café se tornou o produto mais importante na pauta de exportação da província e, por conta disso, as melhores terras foram ocupadas para sua produção. Em consequência, os núcleos coloniais que surgiram já estavam fadados a ocupar regiões mais distantes e com terras menos produtivas. A primeira das colônias criadas foi Urucu, em 1854, que tinha o objetivo de proteger a estrada que ligava Filadélfia à Santa Clara. Em 1858, foi criada a colônia Mucuri por iniciativa de Theófilo Benedicto Ottoni, o qual seria o primeiro a trazer alemães para Minas Gerais. No mesmo ano, a colônia Dom Pedro II foi criada para receber os imigrantes que vieram para trabalhar na construção da rodovia União & Indústria. O relatório provincial de 1859 relata a chegada de mais de mil pessoas, a maioria de origem alemã, para integrar esta colônia¹⁹.

A política de constituição de núcleos coloniais não foi suficiente para gerar um fluxo satisfatório de imigrantes para Minas Gerais. Norma de Góes Monteiro conclui que a tentativa de incremento demográfico teve resultados modestos e que o grande número de medidas desde a Proclamação da República foi ineficaz. O primeiro problema que a província enfrentava era a concorrência com a província vizinha de São Paulo, a qual prosperou com seu investimento nas lavouras de café do Oeste Paulista, ganhando gradativamente mais força e mais espaço. As condições da imigração eram diferenciadas em Minas Gerais e São Paulo, porque esta província pagava melhor aos imigrantes e oferecia melhores condições de fixação em suas terras. Outro problema que Norma aponta é que os regulamentos para incremento do fluxo imigratório não eram cumpridos, o que atrasava o processo²⁰.

Além do desinteresse inicial, alguns empecilhos dificultavam a chegada de imigrantes em Minas Gerais. Em 1871, o presidente da província reclamava da dificuldade em transportar os trabalhadores recém-chegados de outros países e sugeria ainda a criação de associações que promovessem a imigração, da forma como já ocorria em São Paulo²¹. De fato, o censo de 1872 mostrou que a província de Minas Gerais precisava ampliar suas ações

¹⁸ Idem (P. 74)

¹⁹ Relatório de Província de Minas Gerais de 1859 (P. 37-42). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

²⁰ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

²¹ Relatório da Província de Minas Gerais de 1871 (P. 44-45). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

para introdução e manutenção dos imigrantes em seu território, pois apenas 46.900 dos 388.459 estrangeiros recenseados estavam na província mineira²². A população escrava continuava mantendo Minas Gerais na liderança de maior plantel escravista do Império.

A Zona da Mata mineira teve suas primeiras explorações econômicas no início do século XIX. Mas foi só a partir da década de 1850 que o café ganhou campo para crescer em larga escala, tornando-se importante produto de exportação. O impacto do produto é tamanho na economia mineira que a região da Zona da Mata tornou-se a mais rica de toda a província. Na década de 1880, o produto era responsável pela quase totalidade da receita de Minas Gerais e seu sucesso econômico atraía o homem livre para a região, em busca de salários mais elevados. A consequência foi o aumento do contingente populacional.

Foi com o vínculo entre a exportação do café e os investimentos em atividades industriais que a região da Zona da Mata incrementou sua vida urbana na década de 1880. Muitos incentivos favoreceram para a chegada de imigrantes, como a construção da rodovia União & Indústria, a construção da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa e os benefícios concedidos pela província para plantação do café.

Todavia, a requisição de trabalhadores na região não era exclusivamente de imigrantes. A Zona da Mata seguiu um caminho diferenciado, o qual utilizou fundamentalmente o trabalhador nacional e liberto. Pela própria incapacidade da Zona da Mata de concorrer com o Oeste Paulista na atração de imigrantes para a cafeicultura, a região mineira utilizou majoritariamente o elemento nacional como força de trabalho²³.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora tinha uma estrutura econômica dinâmica e autônoma, pois já tinha se constituído como polo aglutinador e centralizador das atividades na Zona da Mata mineira. Nesse momento de transição para o capitalismo, a cidade representava um centro comercial que se formou, sobretudo, a partir do mercado interno²⁴. Já no período após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização já havia formado um parque industrial com importância suficiente para gerar sua própria demanda e

²² DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 47)

²³ SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007. (P. 161)

²⁴ KLÔH JR., Carlos Eduardo. Estrutura Comercial e Desenvolvimento Industrial em Juiz de Fora (1888-1920). In: **Revista Virtú**. Juiz de Fora, 2010.

ampliar sua capacidade. Mais uma vez, Juiz de Fora estava apta a modificar e diversificar sua estrutura²⁵, fazendo com que a cidade consolidasse, cada vez mais, o status de polo urbano.

A colônia Dom Pedro II era o reduto dos trabalhadores alemães que vieram para construir a rodovia União & Indústria. Enquanto esta reduzia os custos do escoamento da produção, facilitava o comércio com a capital do Império, proporcionava o crescimento da lavoura cafeeira permitindo a acumulação de capital na Zona da Mata mineira, a colônia Dom Pedro II permanecia ativa em uma região de alta concentração escravista, caso raro no cenário nacional²⁶. Os alemães desenvolveram suas próprias plantações, comercializando os produtos para aproveitar as riquezas geradas pelo café e complementar a renda desses trabalhadores estrangeiros. Mas as atividades da colônia Dom Pedro II não eram suficientes e culminaram no fracasso da mesma. Ao longo da década de 1860, os alemães passaram a atuar no comércio e setor de serviços da área urbana de Juiz de Fora, embora se mantivessem concentrados ainda na zona rural. Os alemães já não estavam mais tão ligados à construção da rodovia União & Indústria e os lucros auferidos em atividades urbanas pelos colonos permitiram outras iniciativas. A Companhia União & Indústria permaneceu ativa ainda até a década de 1870, quando uma crise afetou os negócios de Mariano Procópio. Este recorreu por diversas vezes ao Governo Imperial em busca de subsídios para manter as atividades da companhia, mas, em 1876, Mariano Procópio abandonou a direção e pediu a rescisão de todos os contratos, decretando o fim das atividades.

Com o fim das obras da rodovia, a maioria dos colonos contratados para as obras já tinha se erradicado em Juiz de Fora. Alguns aproveitaram as poupanças conquistadas ao longo dos anos para se associarem montando pequenas fábricas, ou estabelecerem-se no ramo comercial e de serviços, mas são casos bem específicos. Muito ajudou nessas empreitadas o investimento de famílias alemãs mais abastadas de Petrópolis²⁷. Alguns fazendeiros tentaram ainda cooptar esses ex-colonos para suas lavouras, aproveitando a dispensa dos custos de imigração. Era um momento de crescimento do incentivo à imigração. Em 1883, uma Circular do Palácio da Presidência estimulava os fazendeiros de Juiz de Fora a contratar imigrantes

²⁵ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. (P. 106)

²⁶ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 93)

²⁷ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. (P. 64-65)

oriundos das Ilhas Canárias e Açores para substituir o trabalho escravo²⁸. Da mesma forma, os jornais também tentavam convencer os fazendeiros das qualidades do imigrante, ressaltando a necessidade de realização de contratos²⁹.

Juiz de Fora elaborou uma nova política de introdução de imigrantes que se iniciou com a fundação da Associação Promotora de Imigração, em 1888, formada por indivíduos representativos da economia da Zona da Mata. Abriu-se um novo panorama para entrada de imigrantes em Minas Gerais e na Zona da Mata. No mesmo ano o Governo Provincial promulgou a Lei nº 3.417 determinando a criação de uma hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora³⁰, a qual suprimiria as outras da província.

Com o início do período republicano no Brasil, Ouro Preto, capital de Minas Gerais, recebeu um vice-consulado alemão, mas o grande número de indivíduos de origem alemã na cidade de Juiz de Fora causou a transferência do vice-consulado para esta cidade³¹. A extinção da colônia Dom Pedro II, a falência da Companhia União & Indústria e a estruturação da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira foram eventos que contribuíram para converter grande parte desses germanos em trabalhadores urbanos. Alguns deles conseguiram acumular relativo capital para investir em iniciativas fabris na cidade. Mas suas contribuições para a industrialização juiz-forana foram muito mais no sentido de integração ao proletariado do que propriamente como capitalistas e proprietários³². De toda forma, como destaca Roberto Dilly, os alemães estiveram ligados a importantes empreendimentos industriais em Juiz de Fora, dentre os quais estavam a primeira iluminação pública, a primeira fábrica de cerveja de Minas Gerais, o primeiro curtume industrial do Brasil, a terceira fábrica de pregos do Brasil, a primeira estação telefônica de Minas Gerais, a primeira indústria de tecidos de malha de Minas Gerais e a primeira fundição de ferro Guza³³. Embora esses exemplos só

²⁸ Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais de 1883. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 173)

³⁰ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 26)

³¹ COUTO, Rita de Cássia Lara. **150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes**. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008. (P. 37)

³² OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 105-106)

³³ DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004. (P. 24)

façam sentido para a estrutura produtiva quando analisados no contexto da economia do município, são utilizados aqui somente para ilustrar a presença desses germanos na sociedade.

Os alemães passaram por maus momentos em Juiz de Fora, uma vez que a realidade dos imigrantes não se parecia com o que era dito pelas agências de imigração. No início, os alemães se concentraram nas atividades agrícolas da colônia Dom Pedro II e nas obras da rodovia União & Indústria. Só depois de terminadas as atividades de construção da nova estrada que os alemães buscaram mais oportunidades na zona urbana juiz-forana e investiram suas economias em variadas atividades dos setores de serviços e comércio. A primeira entre as iniciativas particulares foi a instalação de uma fábrica de cerveja, que, como destacado nos dados de Roberto Dilly acima, foi a primeira da província mineira. Segundo dados de Luiz Antônio Valle Arantes, 43,07% das indústrias instaladas em Juiz de Fora entre 1858 e 1912 pertenciam a imigrantes germânicos de filiação protestante³⁴. Só que esta afirmação não distingue manufaturas e indústrias propriamente ditas. Quando se liga essa informação aos outros grupos de imigrantes, Arantes transmite a ideia de que os estrangeiros foram os impulsionadores do progresso de Juiz de Fora. Entretanto não é o número de indústrias que determina o desenvolvimento industrial, é preciso avaliar os capitais aplicados, o potencial de produção, o número de empregados e a mecanização. Anderson Pires contestou esses dados e demonstrou ter ocorrido um significativo crescimento das atividades comerciais e industriais na cidade em função de dois setores sociais distintos. Um deles seria a elite local formada pela aristocracia agrária, que direcionou seus recursos e foi a principal responsável por investimentos em infraestrutura. E, de outro lado, os imigrantes que se tornaram pequenos comerciantes e industriais canalizando seus recursos para o estabelecimento dos próprios negócios³⁵.

Os alemães estavam inseridos no crescimento da cidade e eram respeitados por suas iniciativas fabris. O jornal “O Pharol”, por exemplo, publicou um artigo no dia 11 de setembro de 1911 ressaltando a importância da colônia alemã para a cidade³⁶. No ano seguinte, o mesmo jornal indicou, inclusive, Altivo Halfeld, importante industrial e farmacêutico de origem germânica, para o cargo de vereador em Juiz de Fora³⁷. Porém eram

³⁴ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 104)

³⁵ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria – Juiz de Fora (1889-1930)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

³⁶ O Pharol - 11/09/1911. (Página 10, Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁷ O Pharol - 23/03/1912. (Página 2, Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

marginalizados quando integrantes da periferia urbana. Mas a situação dos alemães em Juiz de Fora só se agravou mesmo com a Primeira Guerra Mundial, que construiu uma nova representação dos alemães no imaginário do povo juiz-forano. A reação dos mineiros foi hostil em alguns casos e alguns empresários alemães, por precaução, chegaram a mudar o nome de suas indústrias e produtos para evitar a vinculação com a Alemanha³⁸. Alguns anos mais tarde, a situação se repetiria, porém com mais intensidade, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Movimentos associativos

Na virada do século XIX para o XX, algumas formas de organização de trabalhadores se proliferaram, sobretudo, nos meios urbanos. Elas foram importantes espaços de representação de identidades e de defesa de interesses. Entre as formas registradas estavam, por exemplo, mutuais, associações filantrópicas, seguradoras, montepios e sindicatos.

As associações mutualistas eram aquelas originadas com o propósito de socorrer seus associados em momentos de necessidade, estabelecendo laços de solidariedade horizontais³⁹. Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna deixada pela ausência de seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. Os membros das sociedades de socorros mútuos participavam com alguma quantia do seu capital para obter direitos em tais situações. Entre as demais formas de organização dos trabalhadores, talvez a mais próxima tenha sido das associações filantrópicas. Estas eram destinadas à realização de atos de caridade para com as pessoas necessitadas. Procuravam oferecer socorro a quem não fazia parte do quadro de associados, logo, não era exigida contrapartida financeira dos amparados. Em geral, essas associações de caráter filantrópico se ancoravam em compromissos religiosos.

As seguradoras eram companhias privadas que vendiam seus serviços de proteção e socorro. Embora as atividades prestadas fossem muito parecidas com as das mutuais, no

³⁸ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 98)

³⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003. (P. 100)

questo seguridade, era a lógica do lucro que predominava⁴⁰. Já os montepios, que funcionavam como seguradoras, eram sociedades em que cada participante adquiria o direito de, por morte, legar pensão para pessoas indicadas, desde que satisfizesse cotas determinadas e atendesse condições previamente estabelecidas. Essas instituições com fins lucrativos dividiram espaço com as mutuais, sobretudo, na década de 1910. Mas as seguradoras não foram capazes de substituir as mutuais porque enfrentaram crises, principalmente com os impactos da Primeira Guerra Mundial, que foram responsáveis pela redução numérica das mesmas, enquanto as mutuais continuaram crescendo até a década de 1930.

A principal confusão retratada na historiografia do fenômeno mutualista foi entre mutuais e sindicatos. O mutualismo não deu origem e tampouco se confunde com o sindicalismo, pois as mutuais não eram exclusivamente operárias. Suas organizações poderiam ocorrer em torno de etnias, bairros, questões políticas ou patronais, como aponta Tânia Regina de Luca⁴¹. As mutuais e os sindicatos, em sua maioria, coexistiram nos mesmos lugares e nas mesmas épocas, ou seja, eram contemporâneos e não excludentes. Suas fronteiras, por vezes, eram difíceis de serem percebidas. Alexandre Fortes demonstrou que o mutualismo existiu dentro dos próprios sindicatos⁴², e, por outro lado, os sindicatos solicitavam os espaços das mutuais para promover suas atividades⁴³. Situações que exemplificam a existência de uma fronteira bastante fluida entre as duas formas de associação. Entretanto o desdobramento de mutuais em sindicatos ocorreu em raras ocasiões.

Na passagem do século XIX para o XX, mutuais e sindicatos atuavam em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, como já dito, com práticas diferenciadas. O mutualismo é tão importante para a história do movimento operário como sindicatos ou partidos políticos, mas, além disso, tem também sua grande parcela de contribuição para a história do sistema previdenciário. Havia, no Brasil, um Estado descompromissado com a questão social e fatores como a escravidão, a grande propriedade e a ausência dos direitos sociais, atrasaram a

⁴⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições** (1889-1945). Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 25)

⁴¹ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 10)

⁴² FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

⁴³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições** (1889-1945). Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 42)

expansão da cidadania⁴⁴. A assistência social permaneceu nas mãos de particulares durante a Primeira República, cenário no qual as mutuais marcavam presença como provedoras de tratamento de saúde, auxílio funeral, empréstimos e pensões. Aos poucos, foi se forjando um Estado organizado para conferir medidas de amparo aos trabalhadores, entretanto as iniciativas da Primeira República foram bem pontuais e capazes de prover apenas mínimas condições para a sobrevivência dos trabalhadores.

Associações alemãs em Juiz de Fora

Das 2.610 associações existentes no estado de Minas Gerais em 1926, 178 eram descritas, em um quadro estatístico elaborado três anos antes, como de cooperação econômica de classe e ação social⁴⁵. Incluindo o que chamamos de sindicatos e mutuais. Essas associações reuniam 36 mil trabalhadores em uma época que o estado possuía seis milhões de habitantes. Considerando Juiz de Fora desde sua emancipação até o ano de 1934, pudemos levantar, juntamente com Cláudia Viscardi, 63 associações de ofício, 54 filantrópicas, 36 seguradoras, 25 étnicas, 24 literárias e de lazer, 15 patronais, 12 científicas e seis mistas e regionais. Neste panorama, as associações de ofício eram as mais numerosas, representando 26,8% do total, em função do agregado de manufaturas e pequenas fábricas que reunia grande volume de trabalhadores na cidade. Enquanto isso, as mutuais de imigrantes representavam 10,63% do total e eram locais utilizados pelos trabalhadores estrangeiros para reforço da identidade, proteção mútua e promoção de atividades de lazer. A primeira mutual em Juiz de Fora foi exatamente de imigrantes, a Sociedade Alemã de Beneficência. Fundada em 1872, reunia os germanos que vieram para trabalhar na construção da Rodovia União & Indústria. Já a primeira mutual não étnica só apareceria na década seguinte, em 1885, a Sociedade Beneficente Juiz de Fora. Reunindo trabalhadores nacionais, tornou-se uma das maiores da cidade e mantém suas atividades até os dias atuais, embora tenha redefinido seus objetivos⁴⁶.

A união entre indivíduos de uma mesma origem étnica ou nacional ganha destaque em casos de associativismo. Formam-se representações de grupos específicos não por ofício, mas

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁵ MINAS GERAIS. **Fatos e Números Coordenados para a Carta Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

⁴⁶ VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (P. 218-220)

por naturalidade. Essas representações mantêm seus laços com suas tradições históricas e culturais, reforçando identidades, em primeiro lugar, e também oferecendo recursos de seguridade. As associações de imigrantes não eram restritas a ofícios determinados, mas destinadas a pessoas que comungassem de uma mesma origem nacional ou étnica. Manuel Diegues Júnior lembra que esse espírito associativo já existia na Europa, foi, então, transplantado para o Brasil e aí assumiu a nova função de reforço da identidade⁴⁷. A proliferação desse tipo de mutual aconteceu na capital brasileira à época, Rio de Janeiro, na região de maior concentração de imigrantes no Brasil, São Paulo, assim como em qualquer outra área onde houve a presença de imigrantes. Juiz de Fora que teve uma história relacionada com os imigrantes desde seu início e, especialmente, por se constituir na cidade mais urbanizada da região da Zona da Mata, teve várias associações, como apontado anteriormente.

A *Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein*, ou Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, foi a pioneira associação mutualista em Juiz de Fora, fundada em 26 de maio de 1872 por Augusto Kremer, Nicolau Scoralick, Frederico Dose, Júlio Waltemberg, João Hees, Valentin Mechler, Henrique Griese, Jacob Hees, George Becker e Henrique Locwenstein. A associação se propunha a prestar auxílio médico, farmacêutico e financeiro aos seus associados ou arcar com despesas do funeral e conceder pensões à viúva, em caso de falecimento. Reunia em seu quadro social inicial os trabalhadores alemães que imigraram para participar das obras de construção da Rodovia União & Indústria. A associação não desenvolvia funções políticas e, segundo Luiz Antônio Valle Arantes, funcionava como uma previdência privada oferecendo alguma seguridade aos trabalhadores alemães. Com a inexistência de políticas assistenciais, a Sociedade Alemã de Socorros Mútuos era como uma extensão da Colônia Dom Pedro II, ampliando os laços de solidariedade e reciprocidade⁴⁸. Ainda no século XIX passou a se chamar Sociedade Alemã de Beneficência, nome que seria utilizado na maior parte de sua existência. Porém, nos anos que envolveram a Primeira Guerra Mundial, o nome foi alterado para Sociedade Beneficente Mariano Procópio, que evitava fazer menção direta à naturalidade em função do desagrado que o conflito armado gerou a respeito dos alemães.

⁴⁷ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 270)

⁴⁸ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 98)

A Sociedade Alemã de Beneficência admitia sócios sem distinção de sexo, mas era, naturalmente, destinada aos imigrantes alemães. Falar o idioma alemão era fundamental para participar das atividades da associação. Os documentos verificados foram sempre emitidos em língua germânica. Apenas as publicações feitas em jornais de grande circulação na cidade eram veiculadas em português, já que a utilização do idioma alemão restringiria a capacidade da propaganda por ser muito distinto da língua portuguesa. Segundo o jornal *O Pharol*, no ano de 1911 a sociedade contava com aproximadamente 200 associados⁴⁹.

É muito difícil esboçar a condição econômica da associação ao longo dos anos, pois não foram encontrados balancetes suficientes para exemplificar as condições financeiras em diferentes períodos. O que temos disponível são apenas dados específicos de alguns anos. Por exemplo, a Sociedade Alemã de Beneficência declarou, em 1911, possuir um patrimônio de 70:000\$000⁵⁰. É esperado que o número de associados fosse alto, gerando receitas altas, pois tratavam-se de mutuais fundamentadas em relações de identidades. Mais do que as dificuldades do mundo do trabalho, esses indivíduos procuravam se reunir em espaços de mesma origem cultural, como alternativa contra a marginalização.

Muito embora não tenha sido possível verificar a amplitude dos esforços feitos pela Sociedade Alemã de Beneficência para construção de sua sede própria, sabemos que ela a possuía na atual Rua Bernardo Mascarenhas⁵¹, numa região caracterizada pela presença de germânicos em Juiz de Fora, a chamada Villagem. Sabemos, contudo, que o reforço da identidade cultural das mutuais de imigrantes era um elemento que propiciava à longevidade dessas sociedades.

A *Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein* enfrentaria problemas diferenciados em função de sua identidade. A primeira mudança de nome da associação ocorreu na primeira década de existência, quando passou a ser chamada de Sociedade Alemã de Beneficência. Parece-nos que a reestruturação financeira da mutual alemã desenvolvida por Francisco Rechner no final do século XIX teve como ação subsequente a mudança de nome da associação, que passou a ser chamada de Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, uma homenagem ao construtor da rodovia União & Indústria que trouxe os primeiros trabalhadores alemães para a cidade. Como demonstra o diploma abaixo. Mas um fator que influiria na mudança de nome de organizações alemãs seria a aversão aos germanos no período que

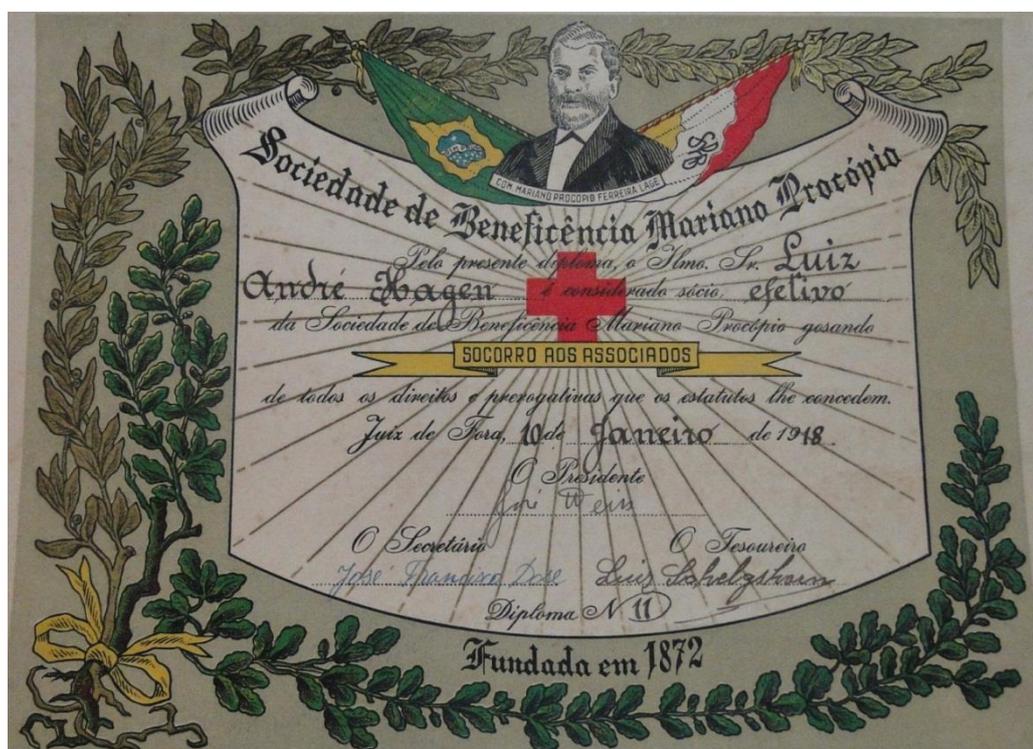
⁴⁹ O Pharol – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

⁵⁰ O Pharol – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

⁵¹ O Pharol – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

contextualiza a Primeira Guerra Mundial. Hostilizados por protagonizarem o distúrbio internacional, os alemães radicados no Brasil teriam receio de explicitar a nacionalidade. A situação se agravou especialmente quando o governo brasileiro assumiu seu posicionamento em oposição à Alemanha no conflito. Em função disso, a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, fundada em 1894, reduziu seu nome para Sociedade Brasileira de Beneficência. Já a Sociedade Alemã de Beneficência manteve o nome de Sociedade de Beneficência Mariano Procópio por bastante tempo. O receio da identificação germânica parece ser a melhor explicação para a elaboração duplicada de diplomas de associados. Usava-se publicamente a denominação Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, mas os associados eram também registrados como membros da Sociedade Alemã de Beneficência para manter a tradição. As imagens abaixo demonstram essa duplicação de registro.

Imagem I. Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio Conferido a Luiz André Hagen em Janeiro de 1918.



Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

Imagem II. Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência Conferido a Luiz Andreas Hagen em Janeiro de 1918.



Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

A Sociedade Alemã de Beneficência foi a mutual pioneira e mais longeva de Juiz de Fora, reunia seus associados e realizava grandes festividades para a colônia germânica em Juiz de Fora, incluindo quermesses, leilões e bailes. No 40º aniversário, o Parque José Weiss recebeu a festividade que contava com brincadeiras, jogos e diversões variadas animadas com música ao vivo durante todo o dia. Às 19 horas procedeu-se uma sessão solene que contou com a presença de autoridades como o vice-cônsul alemão, o presidente da Câmara, deputados federais e representantes das demais associações da cidade⁵². No 50º aniversário, uma comitiva da mutual percorreu o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão (atual Avenida dos Andradas) e a Rua Bernardo Mascarenhas soltando fogos e comemorando com salvas de palmas a fundação da associação⁵³. Já a comemoração do 60º aniversário da Sociedade Alemã de Beneficência contou com a presença do conselheiro da embaixada alemã, Dr. Hardlin,

⁵² O Pharol – 21/05/1912. (P. 1. Coluna 3-4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

⁵³ Correspondência da Sociedade Alemã de Beneficência enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 02/04/1922. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

representando o Ministério da Alemanha no Brasil, e as solenidades foram transmitidas pela Rádio Sociedade⁵⁴. Antes, os jornais O Lince, Diário Mercantil, Jornal do Comércio, Jornal de Minas, Diário da Mata, Gazeta Comercial e Correio de Minas já haviam divulgado toda a programação do evento convidando a sociedade juiz-forana a comparecer. O aniversário foi comemorado no bosque da Cervejaria Americana no dia 22 de maio de 1932 contando com a presença de 200 sócios e diversas autoridades que proferiram discursos⁵⁵.

Imagem III. Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência no Aniversário de 60 Anos da Mutual⁵⁶.



Fonte: Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência. (Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro).

Em Juiz de Fora, os alemães foram os primeiros imigrantes a compor significativamente a cidade. Logo após a chegada do primeiro grupo, em 1861, foi fundada a Escola Alemã, que visava educar e instruir os membros da comunidade germânica que se estabeleciam na cidade.

⁵⁴ Diário Mercantil – 21/05/1932. (P. 1. Coluna 5-6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁵⁵ Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência. Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

⁵⁶ Estão presentes nesta foto: Valentin Dilly (Presidente), Philipp Griese (Vice), Luiz Eberle (Escrivão), Philipp Schaefer (Tesoureiro), Franz Haider, Luiz Dilly, Hermann Stiegert, Cesar Loenvenstein, Anton Hittenhofer, Balthasar Scoralick e Eduard Schlaucher (Conselheiros).

A Sociedade Alemã de Beneficência foi fundada somente em 1872, mais de uma década depois, porém a mutual viria a assumir o controle da escola anos mais tarde. Ela permaneceria ativa e muito significativa para a colônia alemã por muitos anos, até 1945⁵⁷. A escola e a associação tinham um vínculo muito grande, pois a primeira era o ambiente de instrução dos filhos dos imigrantes nascidos no Brasil, permitindo o acesso à língua germana e à cultura da terra natal, elementos que compunham a base do entendimento do que era celebrado e praticado no interior da mutual alemã.

Imagem IV. Escola Alemã em 1921.



Fonte: LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

A Sociedade Alemã de Beneficência também interagiu com representantes da Alemanha a todo o momento. O governo alemão, por sua vez, se preocupava com a situação e procurava manter-se perto de seus compatriotas de alguma forma. Com o início do período republicano no Brasil, Ouro Preto, capital de Minas Gerais, recebeu um vice-consulado alemão, mas o grande número de indivíduos germanos e a amplitude de suas associações na cidade de Juiz

⁵⁷ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010. (P. 55)

de Fora causaram a transferência do vice-consulado para esta cidade, em 1904⁵⁸. Instalado em seu novo município, foi nomeado para exercer a função de vice-cônsul George Francisco Grande, o qual ficou no cargo até o fechamento da instituição em 1917 por causa das implicações da Primeira Guerra Mundial. A Sociedade Alemã de Beneficência possuía muita afinidade com o vice-cônsul alemão, o qual comparecia aos eventos e às celebrações organizadas pela associação. George era a principal autoridade germânica que costumava comparecer às cerimônias públicas da mutual. Em 1932, esta associação esperava a presença do ministro alemão no Brasil, o Barão Knipping, na comemoração do aniversário de 60 anos de fundação da mutual, mas, impossibilitado de comparecer, foi representado pelo conselheiro da embaixada alemã no Brasil, Dr. Hardlin⁵⁹.

A Sociedade Alemã de Beneficência foi a mais significativa associação germânica de Juiz de Fora, mantendo suas atividades por quase um século, apesar das dificuldades conjunturais. No entanto, houve também outras organizações da comunidade germânica que semearam a cultura e os hábitos do país de origem. Outra associação mutualista alemã em Juiz de Fora foi fruto de uma dissensão da Sociedade Alemã de Beneficência. Na década de 1890 houve uma grave crise colocando em risco a continuidade da associação que resultou na saída da maioria dos associados em 1892. Os dissidentes da Sociedade Alemã de Beneficência se organizaram para fundar outra associação de mútuo socorro em Juiz de Fora. No dia 26 de janeiro de 1894 eles se reuniram no salão da Cervejaria José Weiss e fundaram a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã. Na ocasião, estavam presentes Pedro Nicolau Scoralick, José Valentin Mechler, Pedro Limp, Fernando Dore, Isidoro Mechler, Jacob Scoralick, Isidoro Dore, Antonio Fernandes Fraga, José Larcher, Nicolau Jacob Scoralick, Cristiano Gerheim e Guilherme Henck. A nova sociedade se propunha a prestar os mesmos serviços da Sociedade Alemã de Beneficência, mas que passaram por limitações provisórias por causa do período de crise financeira. A nova associação não fazia distinção de nacionalidade, porém localizava-se no Villagem e seus membros eram, em grande parte, alemães ou descendentes⁶⁰.

Associações de alemães com orientações diversas também foram criadas na cidade mineira. Em 1909, foi fundada a *Frauverein*, uma sociedade religiosa organizada por senhoras

⁵⁸ COUTO, Rita de Cássia Lara. **150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes**. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008. (P. 37)

⁵⁹ Diário Mercantil – 21/05/1932. (P. 1. Colunas 5-6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁶⁰ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 334).

evangélicas com fins beneficentes voltados para a comunidade luterana. Esta associação demonstra uma característica muito marcante na colônia alemã de Juiz de Fora, a divisão das atividades de católicos e de luteranos. Mas, além de associações beneficentes, a comunidade alemã contava também com sociedades recreativas, como o Club Ginástico *Turnerschaft*, que funcionou entre 1909 e 1979, e o *Kegel Club*, fundado por luteranos em 1919 e que também funcionou até 1979⁶¹.

Conclusão

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a participação efetiva do Brasil no conflito complicaram mais ainda a vida dos estrangeiros que viviam no país, sobretudo se fossem originários dos países que integravam o Eixo. As mutuais em geral perderam associados com a progressiva introdução de políticas sociais, que garantiam serviços de previdência e seguridade aos trabalhadores, enquanto as mutuais de imigrantes foram diretamente impactadas pela Segunda Guerra Mundial, no caso de alemães e italianos. O governo brasileiro proibiu a atividade de suas associações, tomou seus prédios e, muitas vezes, desapareceu com seus arquivos e pertences.

O crescimento do sentimento nacionalista brasileiro legou descrédito aos estrangeiros, mudando a imagem de indivíduos desejados para auxiliar na modernização do país que houvera no final do século XIX e início do XX. A entrada de estrangeiros no Brasil e sua atuação no mercado de trabalho sofreram severas restrições, o que foi um grande golpe influente no refluxo de fundação de associações de imigrantes. As associações fundadas por alemães em Juiz de Fora enfrentaram grandes dificuldades para manterem-se ativas após a Segunda Guerra Mundial. Em alguns momentos, foi preciso agir com muita discrição. Isto foi o que permitiu a sobrevivência da Sociedade Alemã de Beneficência até o início da década de 1960, porém, claro, já não era capaz mais de prover o mesmo amparo de outrora aos trabalhadores e de promover grandes manifestações culturais como havia feito ao longo de sua história.

Sejam as associações mutualistas, recreativas, esportivas ou religiosas, todas elas contribuíram diretamente para a manutenção da cultura germânica na cidade de Juiz de Fora.

⁶¹ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.

Esses ambientes foram provedores de sociabilidade, seguridade e cultura e, sobretudo, apaziguaram a saudade da terra natal criando espaços de representação que celebravam datas, heróis e tradições germânicas.

FONTES PRIMÁRIAS

- Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência.
- Correspondência da Sociedade Alemã de Beneficência enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 02/04/1922.
- Relatório de Província de Minas Gerais de 1859.
- Relatório da Província de Minas Gerais de 1871.
- Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais de 1883.
- Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1938-1940.
- O Pharol - 11/09/1911
- O Pharol - 23/03/1912
- O Pharol – 21/05/1912
- Diário Mercantil – 21/05/1932

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: *Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.
- BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COUTO, Rita de Cássia Lara. *150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes*. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008.

- DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
- DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. In: *Juiz de Fora. História, Texto e Imagem*. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.
- FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: *Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo*. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- KLÔH JR., Carlos Eduardo. Estrutura Comercial e Desenvolvimento Industrial em Juiz de Fora (1888-1920). In: *Revista Virtú*. Juiz de Fora, 2010.
- KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. *Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.
- LUCA, Tânia Regina de. *O Sonho do Futuro Assegurado*. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.
- MINAS GERAIS. *Fatos e Números Coordenados para a Carta Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991.

- _____, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: *A Presença Italiana no Brasil*, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família, Solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.
- STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979.
- TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: *Trabalhadores do Brasil*. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.
- VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: *À Margem do Caminho Novo*. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador).